

EDWARD SHILS

CENTRO E PERIFERIA

Tradução
de
JOSÉ HARTUIG DE FREITAS

TOMBO: 104687



SBD-FFLCH-USP



Memória e Sociedade



DIFEL
Difusão Editorial Ltda
Lima

Capítulo XIV

Classe*

O termo classe designa um agregado de pessoas, no interior de uma sociedade, possuindo aproximadamente o mesmo estatuto. O sistema de classe ou sistema de estratificação de uma sociedade é o sistema das classes nas suas relações internas e externas. O sistema de classe não é idêntico ao sistema de poder, ou seja, à rede de relações na qual o comportamento é influenciado por ordens e coerção. Não é idêntico ao sistema de propriedade, no qual a utilização de objectos físicos e os benefícios que daí resultam é reservada àqueles que possuem qualificações específicas (direitos de propriedade). O sistema de classe não é idêntico ao sistema profissional. O sistema de classe é o conjunto de relações constituído pela concessão de deferência a indivíduos, funções e instituições, de acordo com a posição nos sistemas de poder, propriedade, profissão, etc.

A deferência é uma acção de respeito ou honra, associada à sensação de igualdade ou inferioridade. Logicamente, os sentimentos de desrespeito ou depreciação, sensações de desprezo e superioridade, são também compreendidos pelo conceito de deferência. A deferência é um acto de julgamento implícito do valor e dignidade de uma pessoa, cargo ou instituição, feito à luz de uma escala de

* Previamente publicado numa versão ligeiramente diferente na *Encyclopaedia Britannica*, 1962, pp. 765-67.

valores. A deferência é simultaneamente um acto de julgamento acerca da pessoa julgada e da pessoa que julga.

A deferência exprime-se em acções cerimoniais que simbolizam sentimentos de respeito ou inferioridade; exprime-se também na etiqueta, em acções que concedem, em maneiras de se dirigir verbalmente a alguém, e em modos de referência verbal. É expressa em títulos, e na concessão de medalhas e de insígnias de patente. Estas são as expressões «puras» da deferência. A deferência, que constitui o reconhecimento do estatuto, funciona também juntamente com os sistemas de poder e de propriedade. A prontidão a obedecer ou a emitir ordens, a perfeição da obediência e o caso extremo da arrogância são de facto muito afectados pelos sentimentos de deferência das pessoas envolvidas. A pessoa que é muito deferente para com o seu oficial, o seu patrão, o seu supervisor, etc., executará com mais prontidão as ordens do seu superior oficial que a pessoa que sente pouca deferência em relação aos seus superiores oficiais e que ao mesmo tempo tem muito amor próprio.

Bases de classe

A deferência que define a posição de classe é atribuída a pessoas, cargos e instituições de acordo com a percepção que a pessoa que defere tem das características da pessoa, cargo e instituição julgada, percepção essa que pode estar errada e que é quase sempre fragmentária e incerta. Um homem é julgado de acordo com a percepção que a pessoa que o julga tem do seu rendimento e riqueza, da sua profissão, do nível de realização que atingiu no interior da sua profissão, do seu nível de vida (incluindo a localização da sua residência), das suas características étnicas, das suas ligações de parentesco, do seu nível de educação, das suas relações com os centros principais de exercício de poder na sociedade no seu conjunto e nas suas instituições particulares, tais como empresas comerciais, igrejas, universidades, exércitos, departamentos de governo, etc., e dos seus associados formais e informais. (A sua mulher e filhos recebem geralmente deferência correspondente ao seu estatuto.) Estas características várias nem sequer são avaliadas da mesma maneira em todas as sociedades. Por exemplo, nos Estados Unidos a importância da ligação de parentesco é menor que na

China ou na Grã-Bretanha na maneira como afecta o estatuto social (isto é, a posição que lhe é concedida pelo julgamento de deferência dos membros da sociedade). Da mesma maneira, as características étnicas são mais importantes no Estados Unidos que na França ou no Brasil, embora a sua importância estivesse a diminuir nos Estados Unidos em meados do século XX.

No interior de cada categoria (por exemplo, a profissão), ocorrem variações nas classificações de posição, resultantes dos critérios e julgamentos de deferência. Os cientistas, por exemplo, subiram muito na escala dos países ocidentais, enquanto o clero tem sofrido um declínio gradual ao longo de séculos. A profissão militar subiu na hierarquia de deferência nos Estados Unidos em 1940, tal como acontece em todo o lado quando a sociedade está militarmente em perigo.

O julgamento que está na base do acto de deferência é um julgamento sintético que avalia simultaneamente um grande número de características relevantes. Ocorre um processo semelhante ao de calcular uma média. Assim, um homem muito rico que se dá com companhias baixas e cuja ocupação goze de má reputação pode estar classificado numa posição mais baixa na opinião da maioria das pessoas que uma pessoa menos rica cuja ocupação é muito estimada e que é íntimo dos grandes e conceituados. Numa sociedade que considera o elo de parentesco como um dos vínculos principais, uma relação de sangue íntima com uma pessoa notável pode compensar um rendimento moderado e uma realização profissional medíocre, ao colocar uma pessoa acima de outra que é mais rica e teve mais sucesso mas que não tenha antepassados insígnies.

Sistema de classe

O sistema de classe é um equilíbrio imperfeito entre inúmeros actos de deferência individuais, tanto «puros» como «misturados», e elementos dos sistemas profissional, de propriedade e políticos. O sistema de classe pode ser extremamente não-igualitário, como no Sul *ante-bellum*, ou muito igualitário, como na Noruega moderna. Os membros da sociedade podem classificar-se a si próprios e aos outros num conjunto de classes de estatuto que passam de uma para outra gradualmente, ou as classes podem ser muito nitidamente definidas e distinguidas umas das outras.

Numa sociedade não-igualitária os actos de deferência vão expressar sentimentos de grande inferioridade ou superioridade. A deferência das classes inferiores estará repleta de «auto-abaixamento» perante as superiores, e estes últimos tratarão os primeiros como se mal fossem humanos. A sociedade europeia feudal era deste tipo. Em contraste com isto, podem existir sociedades com um grau muito mais elevado de igualitarismo, nas quais os mais altos e os mais baixos sentem ambos que fazem parte de uma comunidade ou humanidade comum, e nas quais em consequência disto não há sentimentos de superioridade ou inferioridade profunda e ampla. Poucas pessoas nessas sociedades sentem que estão numa posição muito melhor ou muito pior do que qualquer outra pessoa. Os países Ocidentais modernos, e acima de tudo as sociedades que se desenvolveram no interior de fronteiras sem a herança de uma complicada estrutura de classe não-igualitária — designadamente, o Canadá, os Estados Unidos, a Austrália e a Nova Zelândia — tendem nessa direcção.

Embora logicamente seja possível aparecer qualquer número de classes numa dada sociedade, a partir do momento em que indivíduos de estatuto aproximadamente igual são agrupados em classes, isso não acontece de facto. Existe uma tendência para a sociedade ou as suas partes agirem como se existissem relativamente poucas classes. As classes que são reconhecidas não são evidentemente internamente homogêneas, e as pessoas no seu interior fazem muitas distinções que não são vistas ou reconhecidas por aqueles que não estão em contacto íntimo com elas. Além disso, estas distinções quase nunca estão definidas na mente da maioria dos que se referem a elas. As pessoas que são especialmente sensíveis ou «conscientes» acerca do seu próprio estatuto social, tendem a definir com grande precisão os limites que separam, entre as pessoas com as quais elas entram em contacto directo, aqueles com quem elas se associarão e aqueles com quem elas não se associarão, com base no seu estatuto de classe. Estas pessoas «sensíveis ao estatuto» são na maioria das sociedades minorias cujo tamanho varia, mas que nem sempre são pequenas, e mesmo elas não têm concepções muito precisas dos limites entre as classes, para além dos das classes adjacentes à sua própria classe. A maior parte do sistema de classe está diferenciada de maneira pouco clara no espírito dos seus membros. Assim, o julgamento de estatuto não é um julgamento exacto; é apenas incerto e aproximativo, em termos de superior e inferior.

Os limites são mais exactos nas sociedades que têm um sistema oficial de estratificação (isto é, uma nobreza de títulos, um sistema de «estados» e um corpo de legislação sumptuária que tem por objectivo demarcar os limites de classe) e classes médias mercantis, administrativas e profissionais relativamente pouco desenvolvidas (como a França, no século XVII, ou a Rússia, antes de 1917). No entanto, mesmo nessas sociedades, o sistema oficial de estratificação cobre de maneira diferenciada apenas uma pequena proporção da hierarquia social. Para o resto da sociedade, embora continue a ter importância, já não chega por ser demasiado não-diferenciado. Em consequência disto emerge espontaneamente um sistema de estratificação adicional semelhante àquele que foi discutido no parágrafo anterior.

A nitidez das fronteiras dos grupos de estatuto atinge o seu máximo num sistema de casta, porque nesse caso a endogamia é uma exigência que chega a um grau que não é atingido noutros sistemas de estratificação. Existe é claro uma tendência para todos os grupos de estatuto se tornarem endogâmicos, mas nos casos em que se dá uma certa liberdade ao afecto pessoal e em que outras considerações, tais como a beleza pessoal e o mérito pessoal, gozam de certa autonomia na competição com as considerações de estatuto na relação dos cônjuges, esta endogamia está longe de ser completa. Mas no sistema de casta, a endogamia atinge o seu ponto mais alto; em consequência disso, a transmissão de ocupações de pai para filho num sistema económico estático e a força dos laços de parentesco juntam a sua força aos já poderosos sentimentos de estatuto.

Nas sociedades modernas, e particularmente naquelas que se vão tornando mais industriais, urbanas e burocráticas, são inevitáveis uma considerável quantidade de mobilidade ascendente e alguma mobilidade descendente. Isto é especialmente acentuado nas sociedades que possuem disposições institucionais para o treino e selecção, e para inculcar os padrões de julgamento que atribuem um valor elevado à melhoria do estatuto de classe. Isto costumava causar problemas relacionados com as reivindicações de um estatuto mais elevado por parte daqueles que tinham ascendido recentemente, e pela recusa dessas reivindicações por aqueles com os quais as pessoas, que recentemente tinham subido, procuravam associar-se para obter uma confirmação do estatuto mais elevado. A recusa das reivindicações à deferência do «parvenu», por ele ser

demasiado recente, ou demasiado grosseiro, ou demasiado rico, ou demasiado contaminado por ligações com o estrangeiro, ou por qualquer razão, foi uma fonte muito fértil de alienação na sociedade, e um factor poderoso na promoção da mudança.

Este fenómeno traz para o primeiro plano outra propriedade do sistema de estatuto que merece atenção. Até aqui a discussão tem prosseguido como se houvesse em todas as sociedades, não obstante as incertezas, um consenso acerca dos critérios para a atribuição de estatuto bem como um consenso na atribuição de estatuto a pessoas e instituições particulares. Não é esse o caso. Existe alguma discordância e muita desconexão pura nos julgamentos de estatuto de todas as sociedades extensas. Os grupos que gozam de posições de estatuto mais elevadas na sua própria opinião como na opinião dos que lhe estão adjacentes, terão geralmente uma opinião mais forte das suas próprias reivindicações e méritos do que os grupos que se consideram eles próprios como inferiores. As classes inferiores, embora reconheçam a superioridade daqueles que são «melhores do que elas», fazem-no com relutância e ambivalência. E nalguns casos dos membros dessas classes negam abertamente essa superioridade. As atitudes politicamente revolucionárias e eticamente radicais constituem a forma extrema de recusa das reivindicações dos «superiores» ao seu estatuto superior.

O espírito humano aceita difficilmente a inferioridade em doses inalteradas, e algumas pessoas ressentem isto com mais intensidade do que outras. Nas classes inferiores e médias existe muitas vezes uma tendência para negar a validade dos critérios que permitiriam às classes superiores gozar do seu estatuto superior. Por exemplo, na França do século XVIII existia entre as classes mercadoras e profissionais uma negação muito difundida da legitimidade das ligações de parentesco e da hereditariedade como base para a deferência, ao mesmo tempo que louvavam a competência profissional e os méritos pessoais tais como a honestidade, a diligência e a inteligência. (Esta opinião foi expressa na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, que proclamou «as carreiras abertas ao talento».) A ambivalência e o ressentimento podem estar muito difundidos sem no entanto irem até a uma revolução — e mesmo os revolucionários não podem apagar completamente dos seus espíritos todos os critérios de estatuto da sociedade contra a qual se revoltam, como o demonstra o restabelecimento de muitos dos

padrões de estatuto pré-revolucionários na União Soviética. Aquelles que são relegados para um estatuto inferior pelo sistema de avaliação prevalecente, ao mesmo tempo que o partilham e reconhecem, sentem-se ofendidos por ele e recusam-no. A proporção do reconhecimento e da recusa varia entre indivíduos e entre as sociedades, mas podemos declarar com segurança que praticamente nunca se aproxima de nenhum dos extremos em qualquer sociedade extensa.

A imperfeição da integração do sistema de classe é favorecida pelo alcance limitado da atenção e dos interesses de uma proporção muito grande da população. Em resultado disso não participam tanto no sistema de classe extenso como o fazem no subsistema local de classes, que compreende essencialmente as pessoas com as quais elles têm contactos directos. Só ocasionalmente elles reagem explicitamente ao sistema de classe extenso, e nesses casos podem fazê-lo de modo conflitual.

Sistema de estatuto e sociedade

O conflito de classes é uma realidade em todas as sociedades extensas, e não pode ser eliminado. É inevitável devido às razões avançadas na secção precedente. Muitas pessoas sentem o seu estatuto baixo como uma ofensa à sua dignidade, especialmente quando ele é reforçado pelo ressentimento contra a autoridade, por mais legítima que seja, e pelo desejo de bens e de serviços que não podem ser adquiridos com o rendimento provindo da venda de serviços e de bens no mercado. Os modernos sindicatos de trabalhadores e associações de patrões são reacções a esses factos. Mas mesmo nas sociedades em que os sindicatos são prohibidos ou são amputados de muitas das funções que desenvolveram nas sociedades livres, o conflito de classe persiste, embora tenha de operar através de outras instituições, ou mesmo sub-repticiamente.

O conflito de classes nem sempre tem uma intensidade constante. Varia entre sociedades e períodos, e mesmo num qualquer dado momento numa dada sociedade apenas uma proporção extremamente pequena da população estará muito absorvida pelo conflito de classe na sua forma mais activa e organizada. (Na revolução bolchevique, em S. Petersburgo, apenas participaram activamente uns poucos milhares de pessoas.) Uma boa parte da população par-

ticipa através do consentimento, um número muito mais pequeno participa através do pagamento de quotas a organizações que prometem trazer vantagens para a classe ou para algum sector de classe, e um número ainda mais pequeno desempenha um papel activo na organização. (Diz-se na Grã-Bretanha que apenas 10% dos que votam pelo Partido Trabalhista pertencem ao partido; e daqueles que assistem às assembleias apenas 10% desempenham um papel activo nos assuntos do partido, mesmo do tipo mais simples e ocasional.) Assim, aquilo a que os marxistas chamam «consciência de classe», que se deveria chamar mais exactamente «identificação de classe agressivamente alienada», é um fenómeno bastante pouco comum, mesmo nas sociedades industriais modernas. O conflito de classe normal é completamente compatível com um elevado grau de cidadania responsável e um grau considerável de ordem social.

No entanto, sem chegar às identidades de classe agressivamente alienada, os sentimentos respeitantes ao estatuto de classe e à identificação que o indivíduo faz de si próprio em termos de um estatuto de classe particular, desempenham uma função muito penetrante na vida social. Dentro da família, afectam as esperanças dos pais para as carreiras, cônjuges, amigos e associados futuros dos seus filhos. Influenciam o grau de esforços a que um pai se vai empenhar para melhorar a sua situação económica, de maneira que a família não só tenha mais conveniências e bem-estar mas possa gozar de um estatuto mais elevado. Influenciam em grande parte as decisões da mãe sobre a economia doméstica, e no gasto de rendimentos nos vários tipos de artigos domésticos. Afectam a escolha de um local de residência e a escolha de amigos e associados. Raramente constituem o facto exclusivo nestas escolhas, mas raramente estão completamente ausentes.

As relações interpersonais têm uma importância particular no sistema de estratificação. É nessas relações que os indivíduos apreendem o seu próprio estatuto através dos julgamentos dos outros. É nessas relações que eles podem exhibir as suas próprias reivindicações à deferência dos outros, ao vestirem-se, falarem e agirem de uma determinada maneira. É essa a razão pela qual os julgamentos acerca do ambiente social mais próximo são mais sensíveis e têm mais discernimento do que os julgamentos acerca dos sectores da sociedade que estão mais remotos. Todavia as considerações sobre o estatuto de classe não dominam completamente todas as outras

considerações nas relações interpersonais. Quanto mais os seres humanos se vêem uns aos outros, mais reagem uns aos outros como pessoas. Julgam-se uns aos outros como pessoas merecedoras de serem apreciadas ou de não serem apreciadas, de serem amadas ou odiadas. Relações que comecem sob o domínio das considerações de estatuto, muitas vezes transformam-se em relações em que o afecto ou simpatia pessoais se tornam preponderantes. O facto de as relações interpersonais tenderem a iniciar-se numa situação de homogeneidade de estatuto de classe faz com que as amizades e os casamentos tendam a concentrar-se em faixas estreitas no estatuto de classe. Nos casos em que não o fazem aproximam bastante as classes.

As relações interpersonais, quer sejam os elementos de estatuto quer os elementos pessoais a predominar, têm uma função importante no sistema de estatuto no seu conjunto. Para aqueles que estão na zona mais baixa do sistema de estatuto, as relações interpersonais, geralmente com pessoas com aproximadamente o mesmo estatuto, reduzem o perigo da negação da sua dignidade através do ressentimento ou desprezo daqueles que estão respectivamente mais abaixo ou mais acima; enquanto para aqueles que estão situados no topo da hierarquia de estatuto, a tendência para a associação entre iguais confirma o seu amor-próprio e diminui o perigo da recusa directa.

Assim, através do sentido que o indivíduo tem de associação civil, e da sua crença na justiça dessa associação, e através das suas relações interpersonais e da sua concentração de atenção limitada, as desigualdades no estatuto de classe, inevitáveis nas sociedades extensas e diferenciadas, tornam-se mais toleráveis para o sentido de dignidade individual. Desse modo a sua sociedade é mantida num estado de equilíbrio.

Capítulo XVI

Deferência*

Em todas as acções que um ser humano empreende em relação a outro ser humano aparece um elemento de apreciação ou depreciação do «parceiro» para o qual a acção é dirigida. Este elemento tem vários graus de afirmação; algumas acções praticamente não o contêm, outras consistem quase exclusivamente na apreciação ou depreciação, mas na maioria das acções os elementos apreciativos ou depreciativos estão misturados com outros, tais como comando, coacção, cooperação, compra, amor, etc.

A apreciação e a depreciação são respostas a propriedades do «parceiro», da função que ele ocupa, das categorias em que ele é classificado, ou das relações em que participa em relação a terceiros ou a categorias de pessoas — tudo isto em comparação com a imagem que o actuante tem de si próprio relativamente a essas propriedades. Este elemento de apreciação ou depreciação é diferente daquelas reacções às acções passadas ou esperadas do «parceiro» que são ordens, actos de obediência, fornecimento de bens ou serviços, imposição de prejuízos tais como a retenção ou revogação de bens e serviços, e actos de amor ou ódio.

Designarei esses actos de afirmação ou depreciação como *deferência*. O termo «deferência» referir-se-á ao mesmo tempo à

* Publicado previamente numa versão ligeiramente diferente em *Social Stratification*, editado por John A. Jackson, Cambridge University Press, 1968, pp. 104-32.

deferência positiva, ou elevada, e à deferência negativa, ou inferior. Geralmente, quando digo que uma pessoa defere em relação a outra pessoa, quero significar que ela reconhece o valor ou dignidade dessa pessoa, mas quando falo da «posição de deferência» de uma pessoa, posso estar a referir-me tanto a uma posição de deferência elevada como a uma posição de deferência inferior. Aquilo a que eu chamo deferência é por vezes designado como «estatuto» por outros autores. Não há nada de errado nessa designação, a não ser o facto de ter sido associada a uma concepção do fenómeno que eu desejo modificar. O termo «deferência», com a sua clara sugestão de que há uma pessoa que defere, faz sobressair o aspecto que na minha opinião não foi tornado suficientemente explícito nos trabalhos efectuados nos últimos anos acerca deste tema.

A deferência está intimamente relacionada com fenómenos tais como o prestígio, a honra e o respeito (e a obscuridade e vergonha, desonra e desrespeito), a celebridade (e a infâmia), a glória (e a ignomínia), e a dignidade (e a indignidade).

Os actos de deferência são efectuados em relações interpessoais e na relação de actores que não tem nenhuma relação interactiva directa um com outro mais que são membros da mesma sociedade. Também pode existir nas relações de actores individuais ou de colectividades em sociedades diferentes, embora na medida em que isso seja possível e ocorra, as sociedades em questão deixam de ser sociedades totalmente separadas.

A concessão de deferência implica uma atribuição de superioridade ou inferioridade, mas não é a mesma coisa que a atribuição de bondade ou maldade. No entanto, frequentemente tem essas conotações; ocasionalmente existe uma sugestão de que a superioridade exige a bondade para ser completa. É uma atribuição de mérito ou de falta de mérito; é uma avaliação que atribui merecimento e desmerecimento e que é muito distinta de uma atribuição de qualidades morais. Aquilo em que consiste esse merecimento é pouco claro.

Um dos desejos mais difundidos dos seres humanos é de serem recipientes de deferência de outro actor, quer em alguma forma de acção tangível ou claramente observável e discreta, ou possuindo-a numa forma autónoma simbólica que é considerada como uma «objectivação da deferência» para além das acções

deferenciais de actantes concretos, ou tendo direito a ela através da posseção de qualidades convencionalmente aceites como motivos de concessão ou evocação de deferência. Poderia mesmo dizer-se que a necessidade de se ser «merecedor» é uma «necessidade» dos seres humanos tal como o são o afecto, a satisfação amorosa e a satisfação de necessidades orgânicas como a nutrição e o calor do corpo.

Conceder ou outorgar deferência também é uma «necessidade» dos seres humanos despertada ou gerada pelo processo da interacção e pelo facto de viverem numa sociedade que ultrapassa o raio limitado da interacção pessoal directa. Do mesmo modo que desejam ser merecedores e ver esse mérito ser reconhecido pela deferência de outras pessoas, também frequentemente sentem a necessidade de viver num mundo social pleno de mérito, de reconhecer as personificações desse mérito e de depreciar aqueles que não são merecedores.

A deferência do tipo a que eu me refiro neste texto é uma maneira de expressar uma avaliação do eu e dos outros respeitante a propriedades «macrossociais». Por propriedades macrossociais refiro-me às características que descrevem a função ou posição de pessoas na sociedade mais extensa (geralmente nacional) em que vivem. O acto de simbolização de deferência é uma atribuição de posição de deferência ou de estatuto na sociedade total. Em actos de deferência realizados no interior de relações interpessoais ou no interior de grupos corporativos limitados, a deferência é frequentemente, mas não sempre, concedida principalmente em relação ao estatuto na sociedade mais extensa. A deferência que é concedida a um pai como chefe de família não é deferência no meu sentido da palavra quando faz referência à posição do pai na sociedade fora da família. A deferência que se dá a um superior ou colega dentro de um corpo colectivo é uma mistura de deferência relativa ao estatuto intracorporativo e ao estatuto «macrossocial». A deferência concedida a uma mulher ou a mulheres como uma categoria, ou a um homem ou a homens como uma categoria, está nos limites da deferência macrossocial. A deferência concedida à idade ou à juventude é de igual modo marginal. Tanto a idade como o sexo são factores importantes na determinação das «hipóteses na vida» de uma pessoa, e portanto da probabilidade de essa pessoa vir a receber deferência. Além disso são eles próprios objectos de julgamentos deferenciais.

Contudo a deferência concedida à idade ou ao sexo parece-me ser de uma ordem diferente da ordem da deferência que é uma apreciação do mérito ou uma depreciação de falta de mérito na sociedade mais extensa imaginada ou mesmo realmente sentida.

As bases da deferência

A inclinação para deferir e a realização de actos de deferência são evocadas pela percepção, na pessoa ou classes de pessoas observadas, de certas características ou propriedades das suas funções ou acções. A estas características ou propriedades chamarei propriedades que habilitam à deferência, ou habilitações. Embora não despertem por si próprias e automaticamente julgamentos de deferência, precisam de ser vistas ou precisam que se acredite na sua existência para que a deferência seja concedida. As habilitações à deferência incluem: função e realização profissional, riqueza (incluindo o tipo de riqueza), rendimento e seu modo de aquisição, estilo de vida, nível de educação atingido, poder político ou corporativo, proximidade a pessoas ou funções que exerçam poder político ou corporativo, conexões de parentesco, etnia, capacidade de acção em proveito da comunidade ou sociedade em relação a comunidades ou sociedades exteriores, e a posse de «reconhecimentos objectivos» de deferência tais como títulos ou postos.

É com base na percepção destas habilitações que indivíduos e classes de indivíduos mais ou menos anónimos que são considerados como possuidores de algumas dessas habilitações recebem deferência; é com base na posse dessas propriedades que eles atribuem a si próprios deferência e a exigem por parte de outros. É com base em avaliações simultâneas das suas próprias habilitações à deferência e das habilitações dos outros que regulam o seu comportamento em relação a outros e antecipam as reacções deferenciais — ou depreciativas — de outros.

Por que é que estas propriedades são seleccionadas como pertinentes para a deferência? Que é que nelas as torna pertinentes para a deferência? Por que é que são elas, e não a gentileza, a amabilidade, o humor, a virilidade, a feminilidade, e outras qualidades temperamentais tão apreciadas na vida, que são consideradas pertinentes para a deferência?

Os mapas cognitivos que os seres humanos formam do seu mundo incluem um mapa da sua sociedade. Este mapa localiza os grupos primários ou corporativos dos quais eles são membros activos e a sociedade mais extensa que inclui esses grupos, mas com a qual eles têm pouco contacto activo. O mapa que desenha esta sociedade implica uma associação com essa sociedade e um sentido do carácter vital dessa associação. Embora o indivíduo se possa revoltar contra essa sociedade, não se pode libertar completamente da sua sensação de associação com ela. A sociedade não é um mero facto ecológico ou um ambiente; considera-se que possui uma vitalidade que lhe é inerente e o facto de ser membro da sociedade confere uma certa vitalidade àqueles que a ela pertencem. É um cosmos significativo do qual os membros derivam algum do seu significado para si próprios e para outros. Este significado é um significado carismático; isto é, significa a presença e operação daquilo que se pensa ter significado fundamental e determinante.

Se examinarmos cada uma das propriedades pertinentes para a deferência referindo-nos ao seu conteúdo carismático, ou seja, referindo-nos ao grau em que tende a ser-lhe atribuído carisma, veremos que cada uma dessas propriedades adquire o seu significado como habilitação à deferência essencialmente por essa razão.

Pensa-se vulgarmente que a função profissional é uma das mais importantes habilitações à deferência. As ocupações mais apreciadas nas sociedades, para as quais existem dados obtidos em levantamentos ou através de uma impressão geral, são aquelas que pela sua estrutura interna e pelas suas funções se encontram mais perto dos centros. Os centros da sociedade são aquelas posições que exercem poder terreno e medeiam a relação do homem com a ordem da existência — forças espirituais, poderes cósmicos, valores e normas — que legitimam ou negam a legitimidade aos poderes terrenos ou que dominam a existência terrena. As mais altas «autoridades» na sociedade — governadores, juizes, primeiros-ministros e presidentes, e cientistas fundamentais — são aquelas cujas funções lhes permitem controlar a sociedade ou penetrar nas leis e forças fundamentais que se pensa controlarem o mundo e a vida humana. As funções profissionais são classificadas numa sequência que parece corresponder aproximadamente ao grau em que cada função possui essas propriedades. O conteúdo carismático de uma dada função profissional varia consoante a centralidade do corpo colec-

tivo ou sector em que ela é efectuada. A função de autoridade de um corpo colectivo periférico terá menos carisma que o mesmo tipo de função de um corpo colectivo mais centralmente localizado. As funções que não exercem nenhuma autoridade e que são consideradas como tendo um contacto mínimo com os poderes transcendentes dão origem à deferência menos importante.

É claro que também se atribui deferência às funções profissionais e àqueles que delas estão incumbidos devido a certas propriedades extremamente correlacionadas que habilitam à deferência, tais como o rendimento que a prática da profissão proporciona, o nível de educação daqueles que a praticam, as qualidades étnicas daqueles que delas estão incumbidos, etc. Inversamente, as funções profissionais que são mal remuneradas e em que as pessoas incumbidas têm pouca educação ou são de grupos étnicos desprezados recebem pouca deferência em razão destas características bem como devido à natureza e funções do papel profissional em si. Apesar de tudo, a função profissional é uma habilitação independente à deferência.

Para além da função profissional, a realização dentro dessa mesma função é uma habilitação à deferência tanto micro, como macrosocialmente. Ser não só um juiz mas também um juiz excepcional, ser não só um cientista mas um cientista notável constitui uma habilitação adicional à deferência. E é-o não só porque uma revitalização excepcional torna aquele que a efectua mais «visível» e por consequência faz que seja mais provável que ele se torne num recipiente de deferência, mas sobretudo porque essa realização é a realização da potencialidade da acção criativa. A criatividade é um traço da centralidade; a acção criativa torna o criador em parte do centro.

• Defere-se à riqueza — a grande riqueza recebe grande deferência, e a pobreza depreciação —, porque ela tem poder. Mas quando ela não está associada a uma ocupação carismática ou ao poder político, a riqueza não recebe tanta deferência como quando goza dessas associações. A riqueza que se manifesta apenas sob a forma de poder de compra não é tão estimada quanto a riqueza que incarna o seu poder no domínio e administração de terras e propriedades, ou na direcção de grandes corporações industriais, que empregam muitos milhares de pessoas. Num aspecto importante a riqueza é poder de compra, e como tal assemelha-se ao rendimento;

é também o poder de dar emprego e o poder de despedir. Estes poderes sobre a existência fisiológica e o acesso à dignidade são tremendos, mas não são um exclusivo da riqueza e são perfeitamente compatíveis com a existência de pessoas que exercem esses poderes mas que não possuem bens. A riqueza também dá origem à deferência quando está associada com um certo estilo de vida, para o qual ela é na realidade uma condição.

A riqueza sozinha dá origem a uma deferência condicional. Até que os ricos adquiram um estilo de vida e associações apropriadas, não conseguem obter a «aceitação» daqueles que eles igualam ou excedem em riqueza e que já possuem uma posição de deferência elevada. O desdém mostrado ao *nouveau riche* é bem conhecido e frequentemente é preciso uma geração para que a riqueza adquira a educação, religião, profissão e estilo de vida necessários para a assimilação num estrato de deferência mais alto. A riqueza é portanto ao mesmo tempo uma habilitação derivativa e uma habilitação condicional à deferência. É um derivativo da profissão, do exercício do poder sobre as pessoas e sobre a terra; é condicional a um «estilo de vida». É também condicional ao rendimento; por si própria e por si só ela é essencialmente significativa como uma potencialidade de poder. Para poder ganhar a deferência que os sociólogos muitas vezes afirmam ser a recompensa da riqueza, ela tem de se realizar num complexo mais amplo de propriedades tais como o exercício de facto do poder através de uma função profissional de autoridade, através de um estilo de vida que a «torne válida», etc.

É pertinente referir aqui a anomalia que se sente quando se contempla pessoas muito ricas que não *utilizam* a sua riqueza para praticar um estilo de vida apropriado, que não exercem nenhum poder através da sua utilização, que não empregam ninguém, não exercem nenhum controlo sobre as propriedades agrícolas ou industriais nas quais ela está investida, e que não possuem nenhuma ocupação. Tudo o que eles têm é a potencialidade que a riqueza possui e que nós conhecemos através da observação de outros casos. A deferência que recebem — pondo de parte a que eles possam receber em virtude do seu nome de família —, é devida à potencialidade mais que a um exercício de poder de facto. A potencialidade fomenta menos a deferência que a realidade. Por causa disso, essas pessoas são objecto de um julgamento ambivalente, de uma deferência atribuída devido à potencialidade do

poder que a riqueza confere, e de deferência retida e não conferida porque falharam e não completaram a potencialidade da riqueza através da sua manifestação no padrão mais completo de que é incumbida qualquer pessoa que esteja numa posição elevada numa qualquer distribuição singular.

Também o rendimento é considerado como uma habilitação à deferência na sua qualidade de manifestação de poder, mas este é um poder limitado e segmentário que é exercido na relação específica entre o comprador e o vendedor na compra de bens e serviços. O poder de compra, limitado como está a relações de troca muito específicas, não é uma habilitação à deferência com grande peso. O rendimento por si só possui apenas uma habilitação à deferência potencial. Apesar de tudo, um rendimento elevado, tal como uma grande fortuna, é considerado como uma habilitação válida à deferência quando é utilizado para adquirir aquilo em que ele mais legitimamente pode ser utilizado, ou seja, o estilo de vida a que corresponde, ou para adquirir outras habilitações que possam ser compradas tais como uma oportunidade de educação, e uma associação ou participação em algo que confira deferência. O rendimento é portanto uma habilitação *condicional* à deferência que adquire deferência essencialmente quando se manifesta noutra categoria. Por si próprio possui tão pouco carisma quanto o de um poder imediato e específico mas apenas potencial. Embora todos os recursos existentes em categorias distributivas particulares contenham a potencialidade de se converterem numa posição noutra categoria distributiva, variam na sua especificidade. O rendimento pode ser utilizado para comprar objectos com valores relativamente fixos, por exemplo, mobiliário, livros, educação, etc.; a educação não é igualmente específica quanto à reacção que se pensa que ela tem o direito de provocar. Nem a autoridade política. Em geral podemos dizer que quanto mais difusa é uma potencialidade, maior é o seu direito e habilitação à deferência.

Um estilo de vida é uma habilitação à deferência por ser um padrão de comportamento que constitui uma participação voluntária numa ordem de valores. Um estilo de vida está repleto de valores; manifesta uma conexão com um estrato da existência no qual residem os verdadeiros valores. A deferência convencional de há muito atribuída às «classes ociosas», não era atribuída por se achar que a ociosidade fosse uma virtude ou porque o trabalho ou a profissão

fossem um fardo, mas porque o ócio permitia o cultivo e a prática de um padrão de vida infundido com valores. Tal como uma profissão de autoridade, era uma existência geradora de valores e repleta de valores. Mais do que as profissões de autoridade, e apesar da sua personificação material, pertence ao domínio da cultura. Indica comer «com estilo» («comensalidade»), viver num ambiente apropriado, num sítio apropriado («um bairro elegante»), rodeado de servidores que não forneciam apenas trabalho mas um ambiente ritual. É claro que «uma vida em grande estilo» pode ser reduzida a uma satisfação hedonista dos desejos, a «gastos demasiados óbvios», ou à simples ociosidade, que são sempre capazes de tomar o ascendente no interior do padrão. Na sua forma mais elevada, a «vida com estilo» era encontrada nas cortes e palácios, nos grandes solares e nos estabelecimentos *grand bourgeois*. Um estilo de vida exige como condição o rendimento, mas é uma habilitação à deferência que não se deve ao facto de ser uma função directa da riqueza e rendimento ou simplesmente ao facto de ser um indicador de rendimento e da riqueza. É facilitado pelo rendimento e pela riqueza, mas realça-os e transfigura-os. E fá-lo porque partilha de uma qualidade carismática que elas apenas contêm em potencialidade e não na sua realidade pura e específica.

O nível de educação atingido tem propriedades que habilitam à deferência, em parte por ser frequentemente uma condição para a ocupação de funções profissionais de autoridade, criativas e remuneradoras mas sobretudo por ser uma assimilação num domínio ideal. É uma assimilação num padrão de valores e crenças que fazem parte do centro da existência. Aquele que «possui» muita educação está frequentemente incumbido de uma função de autoridade e é nessa qualidade de incumbido real ou potencial de uma tal função que ele recebe deferência; é também mais provável que ele receba um rendimento superior à média e um estilo de vida apropriado, e como tal também recebe deferência. A pessoa educada é alguém que recebeu a cultura de crenças e apreciações que são centrais na sociedade. Essas crenças podem ser crenças científicas acerca de como o mundo funciona, podem ser crenças acerca da natureza «essencial» da sociedade, da sua história, da sua religião, das suas tradições e objectivações culturais. A educação é também a aquisição de competências que preparam para a participação no centro da sociedade através do exercício da autoridade, realizações

tecnológicas, da descoberta e transmissão de verdades vitais acerca do universo, do homem e da sociedade, resumindo, é a aquisição de competências que permitem *criar* e *ordenar*. A educação é uma habilitação autónoma e não derivativa à deferência, porque é integral à participação do seu possuidor no domínio carismático e demonstra essa participação. A habilitação à deferência conferida pela educação é também afectada pelas instituições e pelos países em que é adquirida. Algumas escolas e universidades, e sistemas universitários, são considerados mais centrais que outros. Aqueles que neles foram educados adquirem uma cultura mais cheia de carisma.

O exercício do poder, quer através de uma profissão, quer através do uso do poder de compra, determina as hipóteses na vida daquele sobre quem é exercido, por consequência partilha o carisma inerente ao controlo da vida. É difícil separar o poder da função profissional porque muito ou mesmo quase todo o poder é exercido em funções profissionais, em corpos colectivos, particularmente se nele incluirmos a ocupação, iniciada numa herança, empresa, a nomeação, ou eleição, de cargos no Estado, Igreja, exercícios, organizações económicas, universidades, etc. A autoridade exercida através de funções profissionais torna-se mais difusa quanto maior for a sua posição no interior de qualquer hierarquia corporativa, quer essa hierarquia seja religiosa, política, militar ou outra qualquer. O seu carácter difuso, que constitui outra faceta da sua responsabilidade e capacidade criativa e ordenadora, é crucial para a sua habilitação à deferência.

Existe indubitavelmente algum poder que não é profissional na localização do seu exercício. Terá talvez então algum interesse empregar uma categoria separada para o poder na sua qualidade de habilitação à deferência, exercido por aquelas pessoas cujo ascendente carismático não depende da função profissional. Tal como dentro das profissões existem diferenças interindividuais na criatividade ou produtividade, é também perfeitamente concebível que essa criatividade se possa manifestar por uma vocação e fora dos corpos colectivos no interior dos quais essas actividades são geralmente efectuadas. Há profetas religiosos que emergem da massa laica, políticos revolucionários que não são incorporados na ordem política estabelecida, íntimos de governantes que não possuem nenhuma ocupação política formal e cujas ocupações próprias não

estão dotadas constitucionalmente de poder. Todos estes casos são exemplos do exercício de poder independentemente das funções profissionais.

Nos casos em que toda a gente numa sociedade, ou pelo menos todos os adultos, é igual pelo menos num aspecto importante face ao exercício da autoridade no Governo, através da cidadania, a deferência está dispersa. O poder democrático e a igualização da deferência através da cidadania que o acompanha, não pode abolir a desigualdade do poder e portanto não pode abolir a deferência associada à distribuição desigual de funções profissionais de autoridade. Mas consegue no entanto contrabalançá-la e em certas situações consegue-o com grande força.

Outra habilitação à deferência é a proximidade relativa a pessoas em posições de poder. Essa proximidade pode ser uma relação fiduciária entre uma pessoa incumbida de um cargo de grande autoridade e a sua «equipa pessoal»; pode ser uma relação pessoal íntima de amizade ou afecto; pode ser pouco mais de um conhecimento ocasionado por encontros frequentes; pode também ser o vínculo primordial do parentesco. Qualquer que seja o conteúdo da relação, o que é importante é que a magnitude da sua habilitação à deferência, para uma dada pessoa, é avaliada (a) pela posição de deferência da pessoa de cuja proximidade ela goza e (b) pelo grau de proximidade. Ser-se filho ou primo ou amigo íntimo de uma pessoa que não tem nenhum estatuto especial não acrescenta nenhum estatuto àqueles que têm esse grau de proximidade; de facto, contribui para o estatuto insignificante da pessoa que tem esse grau de proximidade. Ser-se amigo íntimo ou um colega muito frequentado de uma pessoa com uma posição de deferência elevada confere mais deferência do que o faria um grau menor de amizade ou uma frequência colegial menos intensa. A posição de deferência da pessoa que se encontra no fim desta cadeia é determinada pelas propriedades a que já nos referimos; a relação é o meio através do qual uma qualidade fundamentalmente carismática é transmitida. Tal como o membro de um corpo colectivo participa no carisma da sua organização, quer ela seja uma universidade, uma igreja, ou um governo, do mesmo modo a associação numa relação pessoal ou numa colectividade primordial, por exemplo, a família, é constituída por ou resulta da difusão do carisma da pessoa ou função central da colectividade. As pessoas que provêm de famílias «célebres», aquelas que

gozam da companhia de pessoas importantes, que se movimentam em «círculos importantes», partilham a qualidade carismática daqueles cujo carisma dá celebridade a famílias e importância a círculos. Os três tipos de elos — primordial, pessoal e colegial — são todos diferentes uns dos outros e no entanto cada um deles foi considerado como um meio legítimo através do qual o carisma e consequentemente a habilitação à deferência podem ser partilhados.

A qualidade étnica é muito parecida com o vínculo de parentesco — são ambos primordiais, sendo constituídos pela importância atribuída a uma conexão genética presumida e pela unidade primordial que dela emerge. Ao contrário da conexão de parentesco, a etnia não se refere a um elo genético com uma pessoa ou pessoas particulares, no que diz respeito à habilitação à deferência. É um elo com uma colectividade em que está difundida uma qualidade vital e carismática. É considerada como representando a posse de alguma qualidade inerente ao agregado étnico e partilhada por todos os seus membros. De facto, a posse dessa qualidade «essencial», manifestada em certos traços externos tais como a cor, forma de cabelo, fisionomia e tipo físico, constitui a qualidade de membro no agregado. Nas sociedades etnicamente homogêneas, a habilitação étnica é neutral, nas sociedades que são etnicamente plurais, a habilitação étnica apenas pode ser neutralizada por uma civilidade ou sentido de cidadania que se consiga sobrepor a tudo ou pela desagregação da sociedade até ao ponto onde ela deixa de ser uma sociedade.

A proveniência de certas áreas, quer sejam rurais ou urbanas, regionais ou locais, provinciais ou metropolitanas, pode também ser uma habilitação à deferência de várias maneiras. Em certos aspectos, pode derivar de funções profissionais e do exercício da autoridade na medida em que funções profissionais particulares e o exercício da autoridade tendem a estar mais concentradas — embora não necessariamente nas mesmas localizações — em grau maior em algumas áreas do que em outras. Pode também ser derivada da maior proximidade da autoridade e da eminência que ocorre com mais probabilidades numas áreas do que noutras. Mas a terra e a cidade podem também ser habilitações independentes, com um deles ganhando o ascendente sobre o outro de acordo com as crenças predominantes acerca da santidade do solo ou do carisma da existência urbana.

A adesão ou filiação religiosa é semelhante à etnia, por ser uma habilitação à deferência que se refere à associação numa colectividade, mas neste caso a colectividade é constituída pela partilha de crenças acerca de assuntos sagrados, e portanto pela partilha do carisma da Igreja ou seita. Enquanto praticamente todas as sociedades são diferenciadas nas funções profissionais e no rendimento e poder, ou autoridade, e são obrigadas a sê-lo pelo facto de serem sociedades, a heterogeneidade étnica e religiosa não é inevitável. Mas é muito comum.

Favorecer a comunidade ou a sociedade através da sua protecção contra danos ou pela elevação da sua posição — poder, riqueza, deferência — entre as comunidades ou sociedades é considerado como uma habilitação à deferência para quem o faz. Militares que obtiveram sucesso, políticos e homens de Estado, diplomatas, atletas em competições internacionais, escritores e artistas recebem deferência no interior das suas sociedades em proporção à deferência exterior ou à elevação do poder em relação a outras sociedades que proporcionam às suas próprias sociedades. A elevação da posição de deferência e do poder da sociedade eleva a posição de deferência dos seus membros em virtude do facto de estarem associados a ela. O que se passa neste caso é a mesma coisa que se passa no caso da proximidade da importância ou da associação em colectividades primordiais. Existe a sensação de uma certa qualidade essencial partilhada com aqueles que «representam» a sociedade. Existe uma estratificação da deferência entre sociedades. Esta inclui a estratificação da deferência das sociedades globais e um sistema de deferência internacional de indivíduos, que é no entanto extremamente incompleto.

Um título ou emblema conferido pelas principais instituições portadoras de deferência é uma habilitação à deferência — são esses os critérios através dos quais a deferência é atribuída nas sociedades. Não são todos de igual importância na formação de julgamentos de deferência, e os seus pesos relativos também não se mantêm constantes ao longo do tempo através de várias sociedades. A etnia, a área, a religião podem variar consideravelmente na sua importância de acordo com a força do sentido de civilidade e da dimensão e intensidade da crença religiosa. A educação pode tornar-se mais importante quando uma maior proporção da população procura obtê-la e possui diferentes níveis e tipos de educação.

Antes de tomarmos em consideração o comportamento de deferência como tal, gostaria de prestar atenção à substancialidade e continuidade das habilitações.

As funções profissionais são, por exemplo, realizadas durante cerca de metade ou dois terços do tempo do dia em que uma pessoa empregada está acordada, durante a maioria dos dias da semana, durante a maioria das semanas do ano, ao longo de um período de quarenta a cinquenta ou mais anos, ao longo da sua juventude, idade adulta e velhice. Uma pessoa rica tem geralmente a sua riqueza sob a forma de bens imobiliários, bens móveis ou títulos, notas ou outros papéis convertíveis, à sua disposição sempre que precisar dela e enquanto dela for proprietária. O recebimento e gasto do rendimento é uma propriedade menos contínua, não só porque a quantidade de rendimento recebido flutua ou varia no decurso de uma década ou de uma vida, mas também porque uma vez gasto deixa de estar disponível, e porque quando não está a ser utilizado não é visível. Apenas os resultados do rendimento gasto são visíveis nos componentes materiais ou tangíveis de um estilo de vida. O rendimento é periódico, e pode ser regular periodicamente sob a forma de uma soma disponível, mas não continuamente, e nem sempre se manifesta substancialmente.

O estilo de vida de uma pessoa ou família é um padrão que é heterogéneo na sua composição e penetrante no seu vestuário, maneira de falar, disposições domésticas, físicas, sociais e culturais. O seu aparato material é muito facilmente observável. Tal como a função profissional, entre as habilitações à deferência, o estilo de vida é realizado, representado ou vivido numa proporção maior da vida diária (e mesmo durante o sono) do que as outras habilitações à deferência. O estilo de vida é juntamente com a função profissional a mais substancial e contínua das habilitações à deferência. É, com a profissão, a mais visível.

O tipo de educação e o nível de educação atingido são algo de diferente. Assemelham-se ao parentesco pelo facto de conferirem o direito a ser membro numa categoria que não implica nenhuma acção presente. (De facto, o parentesco não implica por parte do actor em questão qualquer acção. É uma conexão biológica do passado, uma composição genética do presente e uma classificação por parte do próprio e dos outros.) O nível de educação atingido, na medida em que constitui uma qualificação passada para uma função

Quanto mais igual for a distribuição de uma qualquer habilitação à deferência, menos peso tem na diferenciação das posições de deferência dos membros de uma sociedade. Isto não quer dizer que ela perca a sua importância na determinação da atribuição de deferência, apenas que ela cessa de diferenciar o valor dos indivíduos. De facto, ao mesmo tempo que deixa de diferenciar, pode elevar a posição de deferência da maioria dos indivíduos através da sociedade. Mas existe também uma possibilidade de um critério particular se tornar irrelevante para a deferência, ou pelo menos de perder uma parte da sua pertinência, perdendo a sua influência ao nível da deferência à medida que deixa de discriminar entre indivíduos, grupos e estratos.

Se pudermos imaginar uma sociedade cuja tecnologia se tornou tão automatizada que uma grande parte da população lucrativamente empregue deixe de ser diferenciada pela profissão, estaremos em presença de uma situação em que as profissões, pelo menos para a maioria da população, perderam a sua capacidade de conferir diferentes posições de deferência aos seus possesores. Isto não quer dizer que toda a população de pessoas cujo emprego seja lucrativo se tenha tornado profissionalmente homogénea, mas para aquela secção que se tornou homogénea a profissão não contará mais do que o faz a raça numa sociedade etnicamente quase homogénea.

Comportamento de deferência

Os fenómenos do sistema de estratificação são geralmente considerados como tão amplos no seu impacto no resto da sociedade que é natural que também eles sejam concebidos como tendo uma existência substancial. Na realidade fala-se deles como se possuíssem uma tangibilidade contínua, quase física, que lhes permite serem apreendidos por métodos de observação relativamente grosseiros. De facto, muitas dessas propriedades são muito descontínuas ou intermitentes no seu funcionamento e naquilo que conseguem. Quando não são reais, caem numa condição que é a de um «estado latente». As diferentes habilitações variam na continuidade e substancialidade do seu funcionamento ou da sua manifestação. E aquilo que é verdade para as habilitações à deferência aplica-se ainda ao próprio comportamento de deferência.

de que se é incumbido no presente, deixa de existir excepto como algo que marca as realizações conseguidas no passado, tal como uma medalha atribuída por heroísmo numa batalha há muito passada. Nos casos em que é interpretado como uma indicação aproximada do nível presente de cultura, refere-se a acções realizadas de maneira muito descontínua. Na medida em que se refere ao número de anos durante os quais se efectuaram estudos, às matérias estudadas e certificados que mostram o seu número, etc., refere-se a acontecimentos passados que fornecem uma base para a classificação presente pelo próprio e por outros. Assim, embora para um analista exterior o nível de educação atingido seja uma propriedade estável de uma pessoa, não está em funcionamento contínuo nas acções ou interacções dessa pessoa com outras. É uma qualidade flutuante e intermitente por vezes muito em relevo, outras vezes latente. Não é forçoso que isto seja assim em todas as sociedades, em todo os estratos ou em todos os indivíduos. Nas sociedades ou estratos que são muito «conscientes da educação» estará em relevo de maneira mais contínua como categoria geral do que nas que são menos «conscientes da educação». As pessoas que atingiram um dado nível de educação vão manifestá-lo mais substancialmente na sua maneira de falar, no seu pensamento e no seu comportamento.

O poder, que é tão frequente e intimamente associado à realização de uma função profissional, também se lhe assemelha neste aspecto, já que é frequentemente exercido ou realizado durante períodos significativamente contínuos, com uma periodicidade suficientemente regular. (Também se assemelha à função profissional no sentido de colocar aquele que o exerce numa categoria que provoca reacções do próprio e de situações exteriores à função profissional ou função que exerce o poder.)

Estas observações tiveram como objectivo tornar um pouco mais explícita do que o é geralmente a descontinuidade temporal das habilitações, a sua intermitência e periodicidade de realização e visibilidade. Fiz isto porque estas características das habilitações afectam a sua probabilidade de serem vistas e, por conseguinte, de darem origem a deferência. Foi-lo também porque desejo chamar a atenção para aquilo que me parecem ser traços importantes, mesmo que não imediatamente evidentes, do comportamento de deferência.

O termo *estatuto*, quando é utilizado para se referir à posição de deferência, tem de um modo geral, como sugeri anteriormente,

conotações da estabilidade, continuidade e difusão que são possuídas pelo sexo e pela idade. Uma pessoa que tem um dado estatuto tende a ser considerada como possuindo esse estatuto em todos os momentos da sua existência enquanto esse estatuto particular não for substituído por outro. Uma das razões porque escolhi o termo «posição de deferência» em lugar de «estatuto», é porque ele dá um pouco mais de proeminência ao facto do estatuto não ser uma propriedade substancial da pessoa que emerge automaticamente da posse de certas habilitações, mas ser de facto um elemento numa relação entre a pessoa a que se defere e a pessoa que defere. A deferência a outra pessoa é uma atitude que se manifesta no comportamento.

Os actos de julgamento de deferência são classificações que avaliam o próprio e o outro. Como classificações transcendem na sua referência as coisas classificadas. Uma pessoa classificada desse modo por um acto de deferência com base na sua profissão encontra-se nessa classificação mesmo quando não está a exercer a sua profissão. Este julgamento de deferência que classifica, por ser uma generalização, atinge um certo grau de independência da intermitência das qualificações. Ele próprio possui uma intermitência que não está necessariamente sincronizada com a das qualificações.

Os actos de deferência concentrados, claros, tais como cumprimentos e apresentações, são geralmente de curta duração, isto é, são realizados durante períodos relativamente curtos e depois «desaparecem» até à ocasião apropriada seguinte. As ocasiões apropriadas para a realização de actos de deferência concentrados podem ser regulares no seu aparecimento, por exemplo, anualmente, semanalmente ou mesmo diariamente, mas com excepção de umas poucas «profissões de deferência» não são realizados com uma frequência e densidade muito grandes ao longo de períodos extensos do mesmo modo em que as funções profissionais são realizadas. Mas será que a deferência consiste apenas na realização de acções deferenciais concentradas? Existirá um «vácuo de deferência» quando acções deferenciais concentradas não estão a ser efectuadas? Para onde vai a deferência quando não está a ser expressa em acções muito visíveis?

Para responder a esta pergunta, tem interesse examinar um pouco mais de perto o carácter das acções deferenciais atenuadas. Existem acções concentradas e exclusivamente deferenciais que não são mais que acções deferenciais, tal como existem acções exclusi-

vamente de poder, ou de estilo de vida, ou profissional, mas de certa maneira diferentes destas. As acções profissionais são substanciais; no interior de um dado espaço e tempo todo o esforço é dirigido para a sua realização. Podem ser claramente vistas como sendo profissionais pelo actor e pelo observador; o exercício da autoridade possui muitas dessas características, especialmente quando é exercido numa função profissional de autoridade. Os gastos de dinheiro têm uma duração mais curta mas também podem ser claramente definidos. Os actos de consumo e convivialidade compreendidos num estilo de vida têm maior duração, mas também eles são claramente definidos. Por seu lado, o nível de educação atingido, a conexão de parentesco e a etnia não são de maneira nenhuma acções reais, são classificações em que a pessoa classificada está «objectivamente» continuamente presente, embora uma vez presente na sua classe nada faça para os manifestar ou afirmar.

Mas as acções deferenciais — a deferência para consigo próprio e para com os outros, ou receber deferência de si próprio e dos outros — são acções. Resultam em classificações e são realizadas com referência a classificações, mas apesar de tudo são acções. No entanto, nem sempre são acções maciças de grande duração. Ocorrem sobretudo à margem de outros tipos de acções. As acções deferenciais realizadas sôzinhas são geralmente de curta duração, abrem uma sequência de interacção e fecham-na. Entre o princípio e o fim, as acções deferenciais são realizadas conjuntamente e misturadas com acções não deferenciais. Ao longo de todo o processo de interacção elas são atenuadas na substância da relação em que ocorre a realização de tarefas apropriadas a funções em corpos colectivos, cargos civis, relações pessoais, etc. As acções têm sido sempre essencialmente componentes de outras acções; fazem parte do padrão da maneira de falar a um colega, a um superior ou inferior, acerca de um assunto que está a ser tratado num corpo colectivo autoritariamente hierárquico, de falar acerca de ou a um concidadão, ou de agir em relação a ele à distância (como numa eleição). Por outras palavras, as acções deferenciais raras vezes aparecem unicamente como acções deferenciais, e aquelas que o fazem não são consideradas como partes especialmente importantes na maioria das situações, principalmente nos Estados Unidos. Apesar de tudo, a deferência é exigida e é aceite numa forma atenuada.

É portanto esta a resposta à pergunta que tenta determinar para onde vai a deferência quando deixa de estar concentrada: Sobrevida na atenuação, sob uma forma difusa, intangível, que entra em todo o tipo de relações através da maneira e do tom de falar, comportamento, precedência nos discursos, frequência e tipo de contradições, etc.

A deferência pode no entanto extinguir-se. Uma pessoa que não consegue manter as suas habilitações no decurso do tempo perde também a deferência a que essas habilitações lhe davam direito. Pode não a perder completamente; os antigos primeiros-ministros, professores eméritos, generais reformados, continuam a receber alguma deferência muito depois de terem deixado as suas funções profissionais, embora essa deferência seja provavelmente, no caso de todas as outras condições continuarem iguais, menor do que a que recebiam enquanto estavam activamente incumbidos dessas funções. Os reis exilados, as grandes famílias que passam por maus períodos, também perdem muita da sua deferência, e alguns, à medida que vão caindo numa obscuridade periférica, deixam de ser conhecidos e a sua deferência passa a ser inteiramente local.

A projecção do comportamento de deferência está muito ligada à sensibilidade à deferência. A indiferença face à deferência é um fenómeno marginal, mas os indivíduos, classes e sociedades diferem no grau em que exigem deferência — quer concentrada, quer atenuada — ou são relativamente pouco sensíveis no tocante ao seu carácter apropriado, à sua presença ou à sua ausência. Um *snob* é uma pessoa cuja exigência de deferência é grande e para o qual a posição de deferência daqueles com quem se associa é a sua característica mais importante.

Deferência e igualdade

As modernas sociedades Ocidentais e mesmo certas sociedades fora do Ocidente parecem caminhar na direcção da indiferença e atenuação da deferência. Este movimento é muito desigual entre sociedades modernas, com os Estados Unidos, Canadá e Austrália na frente desse movimento, com outros países a uma certa distância atrás deles, mas que parecem também estar mais avançados nesse caminho do que o estavam há meio século atrás. O movimento é

também desigual no interior das sociedades, com diferenças importantes entre classes e gerações.

As tendências igualitárias das sociedades Ocidentais contemporâneas não só observaram a atenuação e retracção da deferência, como a viram ser assimilada no padrão de relação e tratos entre iguais. Mas poderá dizer-se que ainda existe deferência nas relações entre iguais? Não é a igualdade algo em que a deferência desaparece? O comportamento de deferência concentrado e proeminente foi uma característica das relações entre os grandes de todos os tempos e os seus subordinados. Sem dúvida que não existe nenhum ritual elaborado de deferência entre iguais nas sociedades Ocidentais contemporâneas à excepção daquele que ainda prevalece entre os chefes de Estado, entre dirigentes de Igrejas, dirigentes de universidades em ocasiões especialmente cerimoniais, etc.

As acções de deferência concentradas não desapareceram de modo nenhum, mas tornaram-se menos elaboradas, e com a sua elaboração diminuída tornaram-se bastante curtas e abreviadas. Tornaram-se menos substanciais e menos distintas das outras acções. A deferência cerimonial e a etiqueta formalizada diminuíram em magnitude e frequência.

O declínio do poder das aristocracias e a diminuição do número de monarquias foram acompanhadas por uma redução na quantidade ou proporção da deferência cerimonial nas sociedades. As maneiras das pessoas se dirigirem a outras pela palavra ou por escrito anunciam agora uma distribuição mais homogênea da deferência através das sociedades, e ao fazê-lo adoptaram formas mais simples, mais breves. No entanto, este movimento não se faz todo numa só direcção; os estratos que previamente eram tratados com o mínimo de deferência, ou mesmo de facto com deferência negativa, começaram agora a receber uma deferência um pouco mais acentuada, embora sob as formas simplificadas e mais curtas de uma sociedade menos ritualizada.

Os rituais de deferência herdados tendem essencialmente a dizer respeito às relações de superiores e inferiores. À medida que se tornou predominante uma perspectiva igualitária, os rituais de deferência caíram no mesmo descrédito que as relações que eles exprimiam. Continua no entanto em aberto a questão de saber se a igualdade ou igualdade aproximada é antitética aos rituais de deferência. O que parece ser razoavelmente certo é que as relações de

iguais podem conter, e contêm presentemente, alguns elementos consideráveis de deferência atenuada e que não podem na realidade dispensá-los.

Seria no entanto errado não reconhecer que as sociedades contemporâneas são menos orientadas para os seus centros no que diz respeito à deferência, do que as suas antepassadas de há um século. Isto não se explica apenas pelo declínio da aristocracia e da monarquia. Esses são apenas exemplos de um fenómeno mais geral, designadamente o da diminuição das classes dirigentes nos vários países. Quando as elites eram mais pequenas, as oportunidades educacionais mais restritas, e o vínculo do parentesco mais respeitado do que são hoje em dia, os vários sectores da sociedade — as elites políticas, administrativas, eclesiásticas, culturais e militares —, e até certo ponto a elite económica — estavam mais perto uns dos outros através de origens comuns, experiências institucionais comuns, de uma convivialidade partilhada e da ligação de parentesco, do que o estão hoje em dia, quando as obrigações do parentesco são menos respeitadas no recrutamento da elite, quando as especializações foram muito mais longe e os números aumentaram imenso. Uma das consequências desta pluralização das elites é que os seus modelos são menos imponentes. Cada sector é visto exactamente como aquilo que é, e com excepção do topo extremo representado pelo chefe de Estado e pelo chefe do Governo, a sensação de diferença no valor é sentida como menor do que era antigamente.

A distribuição da deferência

Tem sido há muito tempo característico do estudo da deferência, e das posições de deferência — estatuto — que ela ajuda a produzir, atribuir-lhes uma distribuição semelhante em muitos aspectos importantes à distribuição de habilitações tais como as funções profissionais e o poder, o rendimento, a riqueza, estilos de vida, níveis de educação atingidos, etc. As habilitações são todas elas coisas relativamente «substanciais» que não dependem de opiniões, sendo antes condições e atributos «objectivos», mais ou menos quantificáveis, e como tal capazes de se estender ao longo de uma distribuição univalente e contínua. Todo o indivíduo tem uma ou outra proporção em qualquer dado período de tempo ou por uma duração

especificável; todo o indivíduo possui — se isso pudesse ser medido — esta ou aquela quantidade média de poder durante um período de tempo que pode ser especificado. Qualquer indivíduo tem algum estilo de vida, de que pelo menos alguns componentes são duradouros e observáveis — e ou ele os possui ou não os possui. Existem, é claro, casos de pessoas que têm dois tipos muito diferentes de funções profissionais no mesmo período limitado de tempo («acumulação de cargos», «trabalho ilegal»), de pessoas que possuem rendimentos muito divergentes no mesmo dado período, mas estas e outras anomalias podem bastante facilmente ser resolvidas por procedimentos especificáveis para a recolha de dados e para o seu tratamento e apresentação estatística.

As noções sociológicas de deferência de hoje em dia — estatuto, estima, prestígio, honra, etc. — foram aparecendo em associação com a concepção «objectiva» de estratificação social. A concepção «objectiva» interessava-se pelas qualificações relativamente substanciais, e a «subjectiva» pelos elementos do tipo da «opinião». Por razões de conveniência na pesquisa e também porque o hábito comum praticava um sistema de classificação em classes «médias», «altas», «inferiores», etc., os investigadores práticos e teóricos tentaram constituir um índice composto, que amalgamasse as posições de cada indivíduo em várias distribuições (em particular, as distribuições de função profissional e educacional) em alguma variante da distribuição em três classes. Chamou-se ao resultado «estatuto social económico» ou «estatuto socio-económico». (A predominância da classificação tricótoma e das suas variações é provavelmente de origem aristotélica. Não existe razão nenhuma para que a reflexão baseada na experiência e na observação tivesse só por si resultado em três classes. É bem possível que isto seja um caso em que a natureza copiou a arte.)

É perfeitamente possível que este padrão de pensamento, que emergiu no século XIX, tenha sido profundamente influenciado pela concepção de classe social dos críticos do século XIX do antigo regime e da ordem social burguesa que lhe sucedeu. No antigo regime as categorias mais poderosas eram designadas por títulos garantidos por lei que entravam na consciência dos seus portadores e daqueles que se associavam com eles ou que lhes davam consideração. Essas designações não eram «materiais» ou «objectivas». Não pertenciam à «sub-estrutura» da sociedade. Eram consequentemente

«subjectivas», mas eram também inequívocas. Podiam ser tratadas de maneira semelhante às características «objectivas». Por extensão, o mesmo procedimento poderia ser aplicado aos outros estratos.

A concepção «subjectiva» da estratificação social apreciava o carácter do tipo «opinião» da deferência, mas por vezes, por razões de conveniência no procedimento de investigação e por causa do modo tradicional do discurso acerca da estratificação social, o próprio factor «subjectivo» tendia a ser «substancializado», e também ele era considerado como capaz de se estender por uma distribuição univalente. Por vezes, como na classificação de Edwards, nos Estados Unidos, ou na classificação do Escritório Geral, no Reino Unido, este «factor subjectivo», impressionisticamente avaliado pelo investigador, era amalgamado com os «factores objectivos» no processo de se conseguir um único indicador do «estatuto». Considerava-se que por estatuto se entendia um estatuto total, que incluía tanto a posição de deferência como as habilitações, fabricado por um observador exterior, e não por um participante no sistema. Mas esta concepção não encontrou aceitação por ser manifestamente não satisfatória. A posição de deferência — ou estima, prestígio ou estatuto — pertence de facto a uma ordem diferente de acontecimentos em comparação com acontecimentos como a distribuição profissional, a distribuição de rendimentos e riqueza, etc. Pertence ao domínio dos valores; é o resultado de julgamentos avaliados acerca de posições nas distribuições de características «objectivas».

O aperfeiçoamento das técnicas de pesquisa e de investigação, nos estudos de comunidades e nos levantamentos representativos, tornou possível recolher dados de maneira relativamente sistemática acerca destas avaliações e atribuir a cada pessoa numa pequena comunidade, ou a cada ocupação de uma lista, uma única posição numa distribuição. A técnica de investigação conseguiu esconder um erro conceptual fundamental. Em consequência disso, já que cada pessoa possuía um estatuto (ou posição de deferência), podiam ser classificados numa única distribuição. No entanto, essa distribuição só podia ocorrer sob certas condições. Essas condições incluem: a) um consenso na avaliação dentro de uma sociedade acerca dos critérios que determinam a atribuição de deferência; b) consenso cognitivo dentro da sociedade acerca das características de cada posição em cada distribuição e acerca da forma das distribuições de habilitações; c) consenso dentro da sociedade acerca da

rência do que outras e esta diferença na proeminência da deferência ocorre também entre os estratos. Algumas pessoas pensam frequentemente em termos de posição de deferência, outras raramente pensam nesses termos.

Consequentemente, as avaliações dos outros seres humanos e da própria pessoa podem variar muito no interior de uma dada sociedade, entre indivíduos, estratos, regiões e gerações, a respeito da sua tendência para reagir deferentemente de preferência afetivamente ou instrumentalmente, ou apenas normalmente. A disposição dos membros de uma sociedade numa distribuição estratificada, como se cada um deles tivesse uma quantidade determinada de uma coisa homogênea chamada deferência (ou estatuto, ou prestígio), é algo que constitui uma violência à natureza da deferência e das posições de deferência; além disso obscurece uma realidade que é já suficientemente opaca. A possibilidade de dissenso em cada um dos julgamentos componentes — cognitivos e avaliativos —, que entram na constituição de um julgamento de deferência, pode evidentemente ser coberta pela elaboração de medidas que escondam a dispersão de opiniões. Se todos os desacordos interindividuais estão confinados a diferenças na classificação no interior de um dado estrato, este procedimento coloca certas pessoas no estrato I e oitenta por cento da população coloca certas pessoas no estrato II e se vinte por cento as coloca no estrato II, terá algum significado dizer que as pessoas que foram assim julgadas estão no estrato I? A dissensão que provoca classificações interindividuais discordantes constitui um desafio muito sério à validade dos procedimentos que constroem distribuições de deferência univalentes é que depois as separam em estratos. Esta dificuldade existiria mesmo que houvesse concordância acerca da localização das fronteiras que aleatoriamente separam um estrato de deferência do outro. Mas não há certeza de que haja consenso nesse campo, e não se serve a causa de compreensão realista partindo do princípio de que existe um tal consenso, ou elaborando medidas que imponham o aparecimento de um tal consenso acerca dos dados.

O procedimento convencional de construir distribuições de deferência tem tendido a assumir um considerável grau de clareza e de carácter diferenciado na percepção da distribuição de propriedades que dão direito à deferência através da sociedade. Mas na realidade as percepções são vagas e não diferenciadas. As terminologias

importância que deve ser atribuída às várias categorias de propriedades que habilitam à deferência¹; d) que cada membro da sociedade dê igual atenção e faça uma diferenciação igual dos estratos que estão adjacentes a ele e daqueles que são remotos²; e) igual proeminência dos julgamentos de deferência dentro da sociedade; f) univalência de todos os julgamentos de deferência.

Nos casos em que estas condições existem, é bem provável que a distribuição de posições de deferência numa tal sociedade tenha a forma que as distribuições de habilitações «objectivas» possuem. Existem no entanto numerosas razões para que a distribuição de posições de deferência ou estatuto não tenha essa forma. Algumas dessas razões são as seguintes: a) É possível que exista algum consenso acerca dos critérios para avaliar as habilitações, mas como qualquer outro consenso ele será forçosamente incompleto. Além disso os critérios são entendidos de uma maneira tão ambígua que qualquer consenso existente cobre na realidade uma grande variedade de crenças acerca do conteúdo dos critérios. b) O consenso cognitivo dentro da sociedade, acerca das propriedades das habilitações e da forma das suas distribuições, é muito improvável, devido à ignorância muito espalhada e desigual acerca de assuntos tais como as funções profissionais, os rendimentos, níveis de educação atingidos pelos indivíduos, e estratos. c) O peso atribuído aos vários critérios não só é ambíguo, como varia provavelmente de estrato para estrato dependendo da posição de deferência dos vários estratos e das suas posições nas várias distribuições; é provável que cada estrato dê maior importância à distribuição em que ele tem posição mais elevada ou em que ele tem maiores hipóteses de melhorar a sua posição ou de a proteger contra «invasores». d) As percepções que temos do nosso próprio estrato ou dos estratos adjacentes são geralmente muito mais diferenciadas e aperfeiçoadas, e envolvem mais critérios secundários do que as percepções dos estratos mais remotos. Assim, mesmo que sejam compatíveis umas com as outras, não existe identidade de diferenciações feitas pelos vários estratos. e) Algumas pessoas são mais sensíveis à defe-

¹ Quando estas três condições existem, existirá também consenso entre o julgamento que uma pessoa faz da sua própria posição de deferência e os julgamentos que os outros efectuam acerca da sua posição.

² Isto pressupõe também que todos os membros da sociedade possuam igual conhecimento acerca de todos os outros membros.

pessoas e estratos. Esta tendência para «objectivar» a distribuição de deferência é em parte um produto da percepção dos julgamentos de deferência de outras pessoas na nossa própria sociedade. Mas representa uma tendência para acreditar na «objectividade», no «carácter dado» de estratificação da deferência, que é um produto da tendência para acreditar que além dos nossos próprios gostos e disposições existe uma esfera de existência normativa que existe independentemente desses gostos e valores.

Todavia, ao lado desta tendência para acreditar numa ordem «objectiva» de merecimento, existe uma alienação muito espalhada dessa ordem, e a aceitação e alienação existem muitas vezes ao mesmo tempo nas mesmas pessoas. Esta ambivalência é muito difícil de apreender com as técnicas de pesquisa de hoje, e é ainda mais difícil tratá-la sistematicamente — pelo menos no presente. Mas apesar disso ela existe, e é provável que se torne mais forte à medida que a sociedade se torna mais diferenciada e que as «classes dirigentes», no sentido de um conjunto de pessoas intimamente inter-relacionadas através do parentesco, que preenchem a maioria das posições no topo das várias distribuições, cedem o lugar a uma elite menos unitária e por consequência menos imponente.

Nada há de patológico nesta ambivalência. A submissão ao ascendente do centro e aos padrões que o afirmam é dolorosa porque a indignidade da inferioridade é dolorosa. A sociedade que realça o centro impõe essa indignidade à periferia. Quanto mais uma sociedade é ecologicamente integrada, maior será a tensão imposta à periferia, e quanto menos a elite no centro é importante, mais é provável a emergência do lado negativo da ambivalência. As implicações desta atitude ambivalente têm grande alcance, e não podemos desenvolvê-las aqui. Limitemo-nos a dizer que os métodos de descrever as distribuições de deferência que presentemente dominam, não conseguem acomodar estes simples factos. E, no entanto, se não tivermos em consideração estes factos simples que são a ambivalência e a alienação no sistema de estratificação, como é que se pode tratar os conflitos de classe e os movimentos de reforma pela reatribuição da deferência e das suas habilitações? E que pensar do antiautoritarismo e do antinomanismo que têm sido um fenómeno flutuante mas frequente das sociedades modernas? Como é que isto se encaixa na imagem que mostra as posições de deferência como distribuídas univalente e consensualmente?

e classificações, particularmente nas sociedades que não têm grande «consciência de classe», não são standardizadas, e termos como «pobres», «classes trabalhadoras», «classes baixas», «pessoas vulgares», etc., são utilizados com sentidos que os seus utilizadores não analisaram e que não possuem um referente definido. Não há razão nenhuma — pelo menos até que se tenham efectuado mais pesquisas — para pensar que eles sejam permutáveis entre si, embora os sociólogos os tratem como se assim fossem.

Se não existe grande diferenciação e especificidade quando se fala acerca dos estratos adjacentes aos nossos, estes escasseiam ainda mais nas referências aos estratos mais remotos, dos quais a pessoa que faz o julgamento não tem experiência directa. Isto não quer dizer que não sejam feitos julgamentos de deferência acerca destes estratos mais remotos; o que quer dizer é que esses julgamentos são feitos com escassos conhecimentos da extensão das habilitações à deferência que realmente existe nas pessoas ou estratos que são julgados. O mapa cognitivo da estratificação torna-se vago no tocante àquelas áreas da sociedade que estão longe do campo da experiência da pessoa que faz o julgamento. Isto também faz com que o consenso cognitivo seja impossível, mesmo que os critérios de avaliação fossem idênticos. Aquilo que uma pessoa que faz um julgamento e que olha para o seu ambiente de estratificação imediato vê como diferenciado, outra que olha à distância vê como sendo homogêneo. Assim, qualquer sector do sistema de estratificação é muito diferenciado, mas apenas para aqueles que vivem dentro do seu sector respectivo. Põe-se assim a questão de saber se uma distribuição de posições de deferência incorpora as percepções e categorizações que são aplicadas aos nossos próprios estratos e nos estratos adjacentes, ou as que são aplicadas aos estratos remotos. Qualquer que seja a alternativa seguida, o carácter fictício da distribuição assim construída torna-se evidente.

Até aqui tenho lançado dúvidas sobre os tratamentos convencionais da distribuição de posições de deferência referindo-me aos diversos tipos de dissensão entre indivíduos, estratos, culturas regionais, etc. Mas escrevi como se cada um desses agentes de julgamento falasse com uma voz única. Existe uma certa justificação para isto, já que existe uma tendência em muitas sociedades para considerar o sistema de deferência como algo objectivo, como *sui generis*, como existindo fora das pessoas que fazem os julgamentos e independentemente das suas próprias avaliações e apreciações de

medalhas e as universidades dão graus merecidos e honorários. Também os serviços públicos têm graus e designações que denotam diferenças e graus de autoridade, mas que também são títulos de deferência. Algumas dessas instituições possuem manuais que especificam ordens de precedência. Todas estas disposições institucionais conferem ou confirmam a deferência; procuram exprimir a deferência, procuram criar e legitimar reivindicações de deferência, especificar quem deve recebê-la, e habilitar determinadas pessoas de uma maneira que objectiva as suas reivindicações de deferência. Apenas algumas poucas instituições desse tipo procuram determinar explicitamente uma posição de deferência «generalizada», nomeadamente aquelas que procuram controlar e garantir a possibilidade de ser membro de nobrezas ou aristocracias. Outras concederam a deferência por qualificações bastante específicas, e embora em muitos desses casos a deferência fosse generalizada, em outros continuava a ser um indicador de uma realização muito específica e por causa disso não chegava a atingir qualquer generalização. Mas na melhor das hipóteses, apenas tocaram numa pequena parte das sociedades em que funcionaram, e embora intensifiquem e reforcem o sistema de deferência não se pode dizer que o criem ou que o dirijam.

O sistema de deferência de uma sociedade abraça toda a extensão dessa sociedade. Todos são abrangidos por ele, e todavia poucos têm as suas posições de deferência determinadas pelas instituições que conferem deferência e que confirmam a deferência. O sistema de deferência que funciona de facto numa sociedade envolve as instituições de deferência, e tem essas instituições em conta, mas não é predominantemente determinado por elas.

A maior parte do comportamento deferencial — o comportamento que exprime a deferência — ocorre na interacção directa de indivíduos, e muito poucos desses indivíduos que recebem alguma deferência possuem títulos ou medalhas. A deferência que recebem provém de outras pessoas que não reagem a títulos ou honrarias de quem ouviram falar ou a emblemas que vêem nos trajes das pessoas a quem deferem, mas antes às propriedades habilitadoras que acreditam que essas pessoas a que é dada a deferência possuem. Podem ter em conta títulos e medalhas, e mesmo quando o título é utilizado correctamente e por inteiro, a utilização do título quando se dirigem à pessoa a que deferem é na melhor das hipóteses apenas uma parte da deferência expressa. O título é visto como represen-

Por fim, gostaria de concluir estas reflexões sobre os problemas da distribuição de deferência com algumas observações sobre a igualdade. Em geral, as técnicas prevaletentes para representar as distribuições de deferência procedem com um número fixo de estratos ou através de escalas que classificam profissões ou pessoas numa graduação que vai de 0 a 100. Ambos estes procedimentos pressupõem uma distância constante entre os extremos e entre os intervalos ou estratos. No entanto, isto não parece estar de acordo com as realidades do movimento das sociedades modernas para um grau de igualdade de deferência maior do que aquele que existia antes.

O alcance da distribuição de deferência varia provavelmente entre as sociedades. Algumas são mais igualitárias do que outras. Em que é que consiste este igualitarismo, para além de maiores oportunidades ou hipóteses na vida para os estratos periféricos? Não consistirá numa apreciação do maior merecimento dos estratos periféricos — um julgamento até certo ponto partilhado através da sua sociedade? É de facto uma questão de opinião, mas é uma opinião de tremendo significado para o sistema de estratificação. Não posso entrar nas causas deste novo acontecimento; aqui, quero apenas chamar a atenção para a sua pertinência para qualquer descrição realista dos sistemas de deferência

Instituições de deferência e sistemas de deferência

Enquanto a maioria das coisas a que os homens dão valor se tornam em pontos explícitos de concentração de complexos sistemas institucionais que se preocupam com a sua produção, aquisição, protecção, manutenção, controlo e atribuição, o mesmo não se pode afirmar quanto à deferência. Ao contrário das instituições económicas ou militares ou políticas ou eclesiásticas, as instituições de deferência são marginais aos objectos que elas procuram avaliar. Existe um Colégio de Heráldica, existem os *Who's Who* e os *Social Registers*, autores e editores de livros sobre o comportamento e sobre as maneiras de se dirigir às diversas pessoas, há consultores dos primeiros-ministros e presidentes para aconselhar as atribuições de honrarias, existe um *Almanaque de Gotha*, muitos grandes Estados possuem um sistema de honrarias, e muitos dentre eles possuem um sistema de títulos e ordens. Os exércitos concedem

tando algo mais do que ele próprio: representa conexões de parentesco, reconhecimentos pelo soberano, ou função profissional, mas também isto não é o fundamental; evoca outras características, evoca posições nas várias distribuições.

A deferência concedida é, como já o disse antes, expressa nas entoações da acção e da maneira de falar. Muita da deferência é expressa em relações de autoridade e aparece juntamente com ordens e actos de obediência, com conselhos e aceitação de conselhos, nas acções recíprocas das autoridades e dos súbditos, colegas e vizinhos que efectuam as acções exigidas ou originadas pela autoridade, pelos colegas e pela vizinhança. É muito mais subtil e rica do que as prescrições para as manifestações rituais de deferência e é também frequentemente mais empobrecida. Ser duque ou ser professor ou coronel constitui apenas um elemento — um elemento bastante considerável — na deferência generalizada que os incumbidos desses graus da hierarquia e que os portadores desses títulos recebem. Aqueles que se dão com eles e que lhes dão deferência reagem a outras coisas existentes neles para além dos seus graus e títulos. A excelência das suas realizações passadas e correntes, o poder que eles exercem de facto ou que exerceram, o seu nível de cultura e o seu estilo de vida na medida em que estas coisas podem ser observadas ou imaginadas ou que já são conhecidas de experiências prévias de outras fontes, participam na determinação da deferência atribuída e esperada.

As instituições de deferência são mais importantes em certos tipos de estratos e em certas sociedades do que em outros. Nas sociedades em que existe uma forte separação entre centro e periferia, elas terão maior influência do que nas sociedades em que a periferia se expandiu em direcção ao interior e se aproximou do centro.

As instituições de deferência são especialmente importantes no centro ou perto do centro da sociedade, embora geralmente não haja intenção daqueles que as administram em limitar a sua influência a essa zona. Mas devido ao facto de a deferência ser mais intensa nas relações interpersonais e na interacção directa do que nas relações afastadas, existe uma tendência para os sistemas de deferência se tornarem dispersos de maneira particular. Os sistemas de deferência tendem a dispersar-se territorialmente em sistemas locais, que são mais diferenciados para quem participa neles do que o é o sistema nacional. Não quero dizer que os vários sistemas que vão

desde o local ao nacional estão em conflito uns com os outros. Na realidade até podem ser bastante consensuais, e os sistemas locais não se poderiam geralmente constituir sem referências às pessoas, funções e símbolos do centro. Nas várias zonas e sectores da periferia em que o centro é mais remoto, as imagens do centro continuam a entrar fortemente na constituição do sistema de deferência e as diferenciações são frequentemente apenas aplicações modificadas e aperfeiçoadas das percepções e avaliações que têm como ponto de referência o centro. Assim, por exemplo, os julgamentos de deferência locais farão mais distinções internas subitís acerca da função profissional e autoridade, do rendimento e do estilo de vida que os julgamentos feitos de um ponto periférico ou central distante fariam. Não obstante, as distinções referirão distâncias a partir de um padrão que tem a sua realização máxima no centro. Parece improvável que a cegueira em relação ao centro possa alguma vez ser completa em qualquer sociedade.

Apesar disso, os vários sistemas têm em certa medida vidas próprias. O sistema de deferência local está provavelmente em operação mais continuamente ou mais frequentemente do que o sistema nacional — embora, à medida que as sociedades nacionais se tornam mais integradas e que incorporam cada vez mais as suas sociedades locais e regionais, o sistema nacional de deferência se torna mais frequentemente e mais intensamente activo.

Em todas as sociedades, o sistema de deferência tem o seu estado mais intenso e mais contínuo no centro. As elevadas concentrações de poder e riqueza, a elaboração do estilo de vida, tudo testemunha esse facto e mais, dá origem a isso. É no centro que funcionam as instituições de deferência, o que fornece um ponto de concentração e de estímulo adicional ao comportamento deferencial. O centro acrescenta o carácter vívido de um sistema de deferência local aos poderes maciços de evocação de deferência da centralidade. No interior de cada sistema de deferência local ou regional há pessoas que são mais sensíveis do que outras ao centro e fazem penetrar no sistema local uma certa consciência e sensibilidade ao centro.

Há ocasiões em que os indivíduos cujas preocupações são principalmente acerca dos sistemas de deferência locais — na medida em que se preocupam com a deferência — se colocam a eles próprios no mapa de deferência macrosocial. Esta autolocalização e a percepção de que os outros também se localizam a si próprios é